



2025

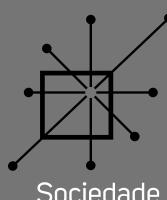
V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UFOP



Dossiê

D

Irrealismo e Antirrealismo: a tese da acumulação na
filosofia da história contemporânea



Irrealismo e Antirrealismo: a tese da acumulação na filosofia da história contemporânea

Irrealism and Anti-realism: the thesis of accumulation in contemporary philosophy of history

Leandro Couto Carreira Ricon

leandrocoutoricon@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1893-4816> 

Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Teologia e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Petrópolis, RJ, Brasil.

Luiz Henrique Bechtluft Bade

luizhenriquebbade@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6237-0929> 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



Resumo

O artigo analisa duas posturas filosóficas relativas à história, o antirrealismo e o irrealismo, com relação à problemática da referência e à chamada tese da acumulação. Apresenta-se uma definição da tese da acumulação, seguida de uma discussão em que são expostas objeções de filósofos antirrealistas e irrealistas a tal tese. Em nossa leitura, tais objeções estão fundamentalmente ligadas a posturas das duas filosofias com relação à referencialidade de termos historiográficos, embora a filosofia antirrealista da história ainda apegue-se a uma versão abrandada tanto da tese da acumulação quanto da possibilidade referencial da história. Por fim, demonstra-se que a postura irrealista na filosofia da história constitui uma radicalização das objeções levantadas à possibilidade de objetividade na história pela filosofia antirrealista. O argumento central do artigo é que as questões da referencialidade e da acumulação estão fundamentalmente relacionadas no âmbito da filosofia da história, dado que alterações em uma delas implicam alterações na outra.

Palavras-chave

Filosofia da história; teoria da história; realismo.

Abstract

The article analyzes two philosophical stances regarding history, anti-realism and irrealism, concerning the problem of reference and the accumulation thesis. It presents a definition of the accumulation thesis, followed by a discussion in which objections from anti-realist and irrealist philosophers to this thesis are exposed. In our reading, these objections are fundamentally linked to the stances of the two philosophies regarding the referentiality of historiographical terms, although the anti-realist philosophy of history still clings to a softened version of both the accumulation thesis and the referential possibility of history. Finally, it demonstrates that the irrealist stance in the philosophy of history constitutes a radicalization of the objections raised to the possibility of objectivity in history by anti-realist philosophy. The central argument of the article is that the issues of referentiality and accumulation are fundamentally related within the scope of the philosophy of history, given that changes in one imply changes in the other.

Keywords

Philosophy of history; Theory of history; Realism.



Considerações iniciais

Apartir da segunda metade do século XX, o campo da filosofia da história – aqui compreendida como área que se debruça sobre a produção do conhecimento histórico, assim como sobre os elementos semânticos, lógicos e epistemológicos de obras historiográficas – observou o surgimento e crescimento da teoria narrativista, caracterizada por uma postura antirrealista e anti-empírica em suas análises do fazer historiográfico (uma vez que, como será exposto, o narrativismo considera o ato de enredamento, que não se restringe àquilo que é dado pelas fontes e evidências empíricas do passado, como um dos fatores mais interessantes do fazer historiográfico e, de fato, como aquilo que constitui a linguagem do historiador), assim como por destacada ênfase em conceitos como o de representação narrativa (Kuukkanen, 2012; 2015a). Influente, tal postura foi, já no século XXI, desafiada por outra vertente de uma filosofia construtivista da história, denominada *irrealista* por alguns de seus proponentes (Roth, 2020). Caracterizam essa abordagem da filosofia da história uma crítica à noção de representação, tal qual dúvidas acerca do holismo – a ideia de que a totalidade de um trabalho historiográfico constitui uma unidade de análise própria, fazendo com que o estudo dos méritos e deméritos de cada obra seja possível tão somente ao analisá-la como um todo – defendido pelos filósofos narrativistas da história em seus esforços de analisar o fazer historiográfico.

Neste artigo, buscamos demonstrar outra distinção entre as vertentes irrealista e antirrealista da filosofia da história – por vezes, também denominadas, respectivamente, de *não-representacionalista* e *representacionalista* (Zeleňák, 2015) –, relacionada com a chamada *tese da acumulação* (Roth, 2020), isto é, a ideia de que cada obra historiográfica constitui acúmulo de conhecimentos sobre o passado, fundamentalmente derivada da noção de *história universal*, analisada por Louis Mink (1987). Para tanto, abordaremos as produções de quatro filósofos da história: dois pertencentes à escola antirrealista (o neerlandês Frank Ankersmit e o estadunidense Hayden White) e dois oriundos da escola irrealista (o finlandês Jouni-Matti Kuukkanen e o estadunidense Paul Roth). Em meio a essa análise, exporemos algumas posturas gerais das duas abordagens, sendo contrapostas em seguida para a exposição do argumento central do artigo. Uma definição da tese da acumulação será providenciada com fins de trabalhar mais profundamente a questão.

O objetivo deste estudo é, portanto, demonstrar, a partir de uma revisão dos trabalhos de White, Ankersmit, Kuukkanen e Roth, que, mesmo que não apoiem a tese da história universal, os filósofos narrativistas (portanto, de tendência antirrealista) filiam-se a uma versão mais fraca da tese da acumulação, enquanto as posturas mais recentes da filosofia da história a desafiam mais veementemente. Além disso, procuramos demonstrar que essa diferença relaciona-se com a postura das vertentes irrealista e antirrealista com relação ao problema filosófico da referência no



âmbito da historiografia.

Porém, antes de iniciarmos, acreditamos que duas delimitações são necessárias antes de nossa análise: a relação entre os pares irrealismo/antirrealismo e não-representacionalismo/representacionalismo; e a classificação de Kuukkanen enquanto irrealista. A relação entre os pares irrealismo/antirrealismo e não-representacionalismo/representacionalismo deve ser entendida nos seguintes termos: segundo o antirrealismo, por mais que não possamos falar num gradual descobrimento do passado (sendo mais apropriado falarmos em sua construção), é possível falar em representações sobre o mesmo que são, em última análise, comparáveis com relação a seus méritos em capturar aspectos do devir. O não-representacionalismo nega essa relação mediata da produção historiográfica com o passado, apontando para o problema da classificação (Goodman 1976, 1978 & Hacking, 1995), defendendo a performatividade dos trabalhos historiográficos em vez de seus méritos representacionais. Dessa forma, o não-representacionalismo aproxima-se do irrealismo proposto por Roth (2012, 2020). Em segundo lugar, a classificação de Kuukkanen enquanto irrealista é complexa. Se, por um lado, suas considerações sobre conceitos coligatórios - analisados pelo finlandês como termos de segunda ordem que aglutinam informações de primeira ordem (isto é, afirmações diretamente relacionadas ao passado, como "Luís XVI foi guilhotinado em 21 de Janeiro de 1793") em um todo com fins explicativos - se aproximam das considerações narrativistas sobre o enredamento. Por outro, Kuukkanen não impõe sobre o ato coligatório restrições semelhantes àquelas que filósofos como Hayden White e Frank Ankersmit impõem sobre o enredamento. A decisão de incluir Kuukkanen na postura irrealista baseia-se principalmente em sua noção de performatividade como fator de decisão entre obras historiográficas distintas, em vez dos critérios representacionais defendidos pelos narrativistas. A ideia de Kuukkanen de que coligações constituem teses sobre o passado e, portanto, uma interferência argumentativa em vez de uma representação que pode ser comparada a outras representações com base em méritos e deméritos de sua "captura" do passado aproxima, em nosso entendimento, o finlandês do irrealismo com relação à produção historiográfica. De todo modo, talvez seja ainda mais preciso enxergar Kuukkanen como um meio termo entre o antirrealismo narrativista e o irrealismo de Paul Roth.¹

A tese da acumulação

Um fator que une as vertentes irrealista e antirrealista da filosofia da história é sua oposição às interpretações realistas do fazer historiográfico. Embora algumas defesas mais recentes da matriz filosófica em questão possam ser encontradas (Førland & Mitrović, 2023; Timmins, 2022), seus proponentes mais célebres produziram seus estudos no século XX ou em momentos anteriores

¹ Para um melhor entendimento das teses de Kuukkanen, cf. Agostini (2024).



(Elton, 1967; Evans, 1999). Embora não faça parte do escopo do presente estudo analisar as posturas que caracterizam uma filosofia realista da história, dois pontos consistentemente defendidos por filósofos dessa tendência são pertinentes às discussões.

O primeiro fator consiste em certa atitude epistemológica com relação à história enquanto disciplina. Nesses termos, é comum que filósofos de matriz realista postulem a possibilidade de algum tipo de objetividade na construção do conhecimento histórico. É essencial pontuar que o termo *objetividade* não necessariamente deve ser entendido de maneira “absoluta”. Em outras palavras, quando um filósofo realista da história fala em objetividade, não é necessário que tenha em mente um conhecimento completamente preciso do passado, polido de qualquer interferência de cunho subjetivo.²

Todavia, é frequente a ideia de que, ao menos, o historiador logra produzir juízos axiologicamente neutros sobre o passado, isto é, afirmações que não partem de filiações político-ideológicas ou de uma preconcepção moral inquestionada. Segundo essa versão menos ambiciosa do argumento da objetividade, mesmo que o historiador não consiga produzir um conhecimento absolutamente verdadeiro ou de escopo total, descrevendo a totalidade de um segmento do tempo, está dentro de seu alcance “deixar de lado” aquelas subjetividades que, aos olhos dessa postura filosófica, realmente comprometeriam as ambições da pesquisa em história, agindo de forma a produzir um conhecimento particularmente seguro, ainda que parcial. Zeleňák afirma que

de acordo com uma visão realista ingênuas do trabalho histórico, o objetivo da história é fornecer uma descrição verdadeira e objetiva dos acontecimentos passados.

Para atingir tal objetivo, os historiadores alegadamente deveriam descartar as suas influências subjetivas ou preconceitos e concentrar-se no que as fontes têm para lhes dizer sobre os acontecimentos que estão tentando descrever e explicar. Ad Fontes! As fontes levarão à reconstrução desinteressada do passado, e o resultado do esforço diligente dos historiadores deveria ser que as obras históricas eventualmente nos contassem o que aconteceu. Nesta visão, as obras históricas fornecem-nos relatos fiéis de acontecimentos passados, como a Revolução Francesa, a emancipação dos Eslovacos no século XIX ou a Primeira Guerra Mundial (2015, p. 211, grifos no original, tradução nossa).

Segundo uma abordagem realista da história, portanto, é possível *reconstruir* segmentos do passado histórico a partir do trabalho de pesquisa e a partir de uma aplicação competente dos

² Pontuamos que, mesmo nas ciências ditas exatas, tradicionalmente percebidas como mais objetivas do que a história, tal noção de objetividade total recebe críticas há algum tempo (Kuhn, 1991, 2006; Zahar, 2007; Hanson, 1961; Feyerabend, 2011; Patton, 2023).



métodos de pesquisa (Munslow, 2009).

A segunda posição encontrada em filosofias de tendência realista com relação à história é de natureza metafísica, e serve como fundamentação (mesmo que tal relação não seja abertamente posta em evidência) para o argumento anterior. Trata-se da ideia de que há um passado fixo (a tese da história universal, como já mencionado) e de que esse passado pode ser gradualmente trazido ao conhecimento da comunidade de historiadores por meio da investigação empírica (tese da acumulação). Evidentemente, tal correlação exige uma posição específica com relação ao problema da verdade, a chamada *teoria da correspondência*, segundo a qual uma afirmação é verdadeira se, e somente se, corresponde a algum estado de coisas no mundo externo.

A atitude que conecta os pontos acima evidenciados é a crença de autores de tendência realista no poder referencial dos termos historiográficos. Em outras palavras, segundo pensadores como Geoffrey R. Elton (1967), Gertrude Himmelfarb (1987) e Richard Evans (1999), os termos de que lançam mão os historiadores quando de sua produção conseguem individuar unicamente entidades encontradas no tempo histórico em si. Ainda segundo Zeleňák, de acordo com uma filosofia realista da história

(...) termos como "Revolução Francesa", "Eslovacos" ou "Primeira Guerra Mundial" devem referir-se a entidades reais e existentes que habitam a realidade passada. De acordo com a teoria pictórica da linguagem adotada por esta visão realista, os textos escritos por historiadores deveriam retratar a ordem preexistente das coisas. Eles não deveriam distorcê-lo nem acrescentar nada que não existisse no passado. Portanto, o pressuposto é que a linguagem das obras históricas é um meio transparente de descrição ou representação. A principal metáfora desta visão realista é encontrar, em vez de inventar ou criar: existiram coisas como a Revolução Francesa, os Eslovacos ou a Primeira Guerra Mundial no passado, e o papel dos historiadores é encontrar e comunicar os fatos sobre eles (2015, p. 211, tradução nossa).

Uma vez mais, destaca-se a transparência percebida pela matriz filosófica realista com relação à linguagem. Ao menos nas obras consolidadas como clássicos dessa postura, o foco concedido aos métodos de pesquisa sugere que Elton (1967), Evans (1999) e pensadores de posições semelhantes consideram tal elemento como suficiente para garantir um grau satisfatório de objetividade na construção do conhecimento histórico, descartando ou ao menos reduzindo a importância do processo de *escrita* da história enquanto fator que influi sobre as possibilidades de conhecimento. Versões mais recentes do realismo historiográfico, como Timmins (2022) e Førland & Mitrović (2023), levam em consideração as dificuldades apresentadas pela codificação linguística da pesquisa em história. Contudo, suas conclusões são semelhantes às dos clássicos do realismo: é



possível acessar, de forma satisfatoriamente objetiva, um passado dotado, *em si mesmo*, de certas características.

A existência de um passado fixo, combinada com a capacidade referencial da linguagem do historiador, garantiria um gradual acúmulo de conhecimentos relativos ao passado. Assim, chega-se à tese da acumulação: a ideia de que o labor historiográfico acaba por descobrir (em vez de construir) aspectos do passado histórico já presentes no mesmo, o que faz com que cada obra historiográfica represente um acúmulo de conhecimentos seguros sobre o pretérito. Mesmo em teorizações mais recentes, que levam em conta muito do que foi produzido ao longo da segunda metade do século passado, a tese da acumulação sobrevive. Timmins (2022), por exemplo, vale-se da filosofia de Gottlob Frege para propor uma versão mais nuancada dessa tese. Segundo sua argumentação, cada obra historiográfica produzida e aceita por especialistas (*produtores* segundo o argumento da divisão do labor linguístico de Hilary Putnam (1979)) adiciona algo no conhecimento que se tem do passado, uma vez que, garantindo-se uma referência a eventos anteriores (mais ou menos) equivalentes, cada produção colabora para o enriquecimento do conteúdo descritivo do conceito referente, a exemplo de um *sentido* fregeano. As filosofias antirrealista e irrealista da história estabelecem uma oposição, em maior ou menor grau, com relação às ideias até agora trabalhadas. Apesar disso, como poderemos observar, a postura antirrealista ainda se compromete com uma versão mais branda da tese da acumulação; enquanto que a postura irrealista desafia-a por completo.

A filosofia antirrealista da história: narrativismo e a tese da acumulação

Em 1973, a publicação de *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*, obra do estadunidense Hayden White (2019b), marcou o início das discussões atualmente agrupadas sob a denominação de *narrativismo*, ou mesmo *filosofia narrativista da história*. A obra, classificada por Louis Mink como “o livro em torno do qual todos os historiadores reflexivos devem reorganizar seus pensamentos sobre história” (1987, p. 22, tradução nossa), é marcada por defender uma aproximação entre a história e a literatura, argumento baseado na ideia de *enredamento* (no original, *emplotment*). A partir das teses whiteanas, a produção historiográfica passaria a poder ser enxergada como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (2019b, p. 11). Tal afirmação é frequentemente interpretada como defendendo a tese de que não há possibilidades de construção de um *conhecimento* histórico, uma vez que a aproximação entre história e literatura implicaria postular serem as produções historiográficas *ficcionais*, assim como sua contraparte literária. Tal interpretação de White, contudo, é imprecisa, dado que, apesar de admitir a existência



de componentes ficcionais no fazer historiográfico, White também postula que a história é, sim, dotada de elementos *factuais* (2019a).

Para melhor entender a questão, é pertinente investigar o que White coloca como *enredo* e como trabalha a dinâmica do enredamento no contexto da historiografia. Segundo seu *The Content of the Form*, de 1987, a figuração discursiva da história não precisa, necessariamente, ser narrativa. Nos anais medievais, por exemplo, vê-se uma maneira não narrativa de apresentar o passado: a *crônica*. Analisando tal forma de escrita, White escreve que

(...) para o período 709-34, temos os seguintes registros: 709. Inverno rigoroso. O duque Gottfried morreu. / 710. Ano difícil e deficiente em colheitas. / 711. / 712. Inundações por toda parte. / 713. / 714. Pippin, prefeito do palácio, morreu. / 715. / 716. / 717. / 718. Carlos devastou os saxões com grande destruição. / 719. / 720. Carlos lutou contra os saxões. / 721. Teudo expulsou os sarracenos da Aquitânia. / 722. Ótimas colheitas. / 723. / 724. / 725. Os sarracenos vieram pela primeira vez. / 726. / 727. / 728. / 729. / 730. / 731. O beato Beda, o presbítero, morreu. / 732. Carlos lutou contra os sarracenos em Poitiers no sábado. / 733. / 734,45 (1987, p. 6-7, tradução nossa)

Aqui, argumenta White, não é possível falar numa narrativa, uma vez que a mera listagem de eventos não constitui um enredo. Para que este seja propriamente instanciado, é necessário que conexões entre os eventos listados sejam estabelecidas, colocando-os um como consequência do outro, como resposta aos demais eventos, como influências um do outro e operações linguísticas semelhantes. Em poucas palavras, para se ter um enredo é preciso que cada evento seja imbuído de um *sentido* em face dos outros eventos conjuntamente listados, fazendo com que tais eventos sejam transfigurados em *fatos* integrados num todo. A partir de semelhante configuração dos eventos, tem-se uma narrativa no sentido conferido ao termo por White (1987).

Ainda segundo o estadunidense, as formas moderna e contemporânea de produzir obras historiográficas são marcadas pela ubiquidade do enredamento. Assim, forma-se a já indicada distinção entre os conteúdos *factual* e *ficcional* da história enquanto forma investigativa. Segundo Verônica Tozzi,

A separação entre o componente ficcional-figurativa e o componente factual-informacional é um dos pontos mais importantes e mais obscuros de White - ao qual ele não renunciou até agora - porque ao longo da sua obra ele se refere indistintamente a este segunda componente como eventos, factos, dados ou registo histórico e até experiência do passado (2009, p. 112, tradução nossa).



A partir dessa distinção, acreditamos ser possível demonstrar que, mesmo que não haja acumulação de conhecimentos históricos como postula a vertente realista da filosofia da história, White (2019a) defende que há acumulação no âmbito da pesquisa nessa área. Tal acumulação, todavia, está restrita aos conteúdos factuais da historiografia.

Voltando ao exemplo dos anais da Idade Média, nota-se que o texto fornecido caracteriza-se por registrar eventos isolados, sem conferir a tal amálgama, conexões ou um *fechamento (closure, no original)* próprio de um uso narrativo da linguagem. A nível de crônica, segundo White (2019a), não há razão para duvidar da capacidade do historiador de acessar, com alguma objetividade, os conteúdos do passado histórico. Segundo o estadunidense, a caracterização da história como um discurso narrativo em forma prosaica

(...) não implica que eventos, pessoas, instituições e processos passados nunca tenham realmente existido. Isto não significa que não possamos ter informações mais ou menos precisas sobre estas entidades passadas. E isso não significa que não possamos transformar esta informação em conhecimento através da aplicação dos vários métodos desenvolvidos pelas diferentes disciplinas que compõem a “ciência” de uma época ou cultura. Pretende-se, antes, sublinhar que a informação sobre o passado não é em si um tipo de informação especificamente histórica e que qualquer conhecimento baseado neste tipo de informação não é em si um tipo de conhecimento especificamente histórico. Tal informação poderia ser melhor chamada de arquivística, na medida em que pode servir como objecto de qualquer disciplina simplesmente por ser tomada como sujeito das práticas discursivas distintivas dessa disciplina. Assim, também, é apenas tornando-nos sujeitos do discurso histórico que a nossa informação e o nosso conhecimento do passado podem ser considerados históricos (2019a, p. 2, tradução nossa).

A história, portanto, aparece para White como um determinado *uso* da linguagem: uma *forma* discursiva que se utiliza de mecanismos propriamente linguísticos para tratar de seus objetos. É no nível desses mecanismos linguísticos, qual seja, no nível ficcional do fazer historiográfico, que a história e a literatura se aproximam. Nas palavras de White,

o discurso literário pode diferir do discurso histórico em virtude de seus referentes primários, concebidos como eventos imaginários e não reais, mas os dois tipos de discurso são mais semelhantes do que diferentes, uma vez que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível (2019a, p. 6, tradução nossa).



Algumas posições adotadas por White sugerem que o autor enxerga, com alguma veemência, os eventos históricos individuais, qual seja, considerados à parte de sua operacionalização num enredo, de forma bastante semelhante àquela dos realistas com relação à história. Por exemplo, é possível que um enredamento específico *fracasse* em figurar apropriadamente um evento histórico. Em seu influente artigo *O Texto Histórico como Artefato Literário*, White escreve: “não creio que alguém aceitasse a urdidura de enredo da vida do presidente Kennedy como comédia, porém se deve ser contada à maneira romântica, trágica ou satírica é uma questão em aberto (1994, p. 101).” Em outras palavras, por mais que os conteúdos ficcionais de uma produção historiográfica sejam parcialmente arbitrários, estes ainda precisam respeitar uma *natureza* do evento a ser figurado, o que implica sua existência externa ao enredo. Ainda segundo White,

obviamente, consideradas como relatos de acontecimentos já estabelecidos como factos, as narrativas concorrentes podem ser avaliadas, criticadas e classificadas com base na sua fidelidade ao registo factual, na sua abrangência e na coerência de quaisquer argumentos que possam conter. Mas os relatos narrativos não consistem apenas em declarações factuais (proposições existenciais singulares) e argumentos; consistem também em elementos poéticos e retóricos pelos quais o que de outra forma seria uma lista de fatos é transformado em uma história (2019a, p. 28, tradução nossa).

As dificuldades postuladas por White quanto ao conhecimento histórico são, portanto, observadas *tão somente* em um dos dois níveis reconhecidos pelo autor no trabalho historiográfico. É a nível ficcional, na operacionalização dos eventos históricos como fatos em tipos de histórias, que se apresentam os elementos do fazer historiográfico que não podem ser avaliados segundo sua contribuição estritamente epistemológica. Contudo, há acumulação de conhecimentos relativos à história a nível factual. Em outras palavras, White (2019a; 2019b) reconhece que, ao longo do tempo, mais e mais eventos históricos isolados são registrados e inseridos no escopo da história, e que o acesso a esses eventos *fora das operações de enredamento* dá-se de forma satisfatoriamente objetiva. Tais posições colocam Hayden White como proponente de uma versão abrandada da tese da acumulação.

Frank Ankersmit, outra das mais influentes figuras do Narrativismo, complexifica as análises whiteanas a respeito da distinção entre o nível factual e o nível ficcional da produção historiográfica. Segundo argumentos expostos em várias de suas obras (1983; 1994; 2002; 2012b), a escrita da história se dá segundo *substâncias narrativas* (Ns, para abreviar. O singular do termo em questão é Ns), posteriormente renomeadas como *representações*. A noção exposta, fundamentalmente



derivada dos trabalhos de Leibniz (2009) e da obra do estadunidense Nelson Goodman, em especial, seu *Languages of Art* (1976), funde os dois níveis de análise postulados por White ao atribuir uma dupla função às afirmações que compõem uma obra historiográfica.

Em seu *Narrative Logic* (1983), Ankersmit coloca que, consideradas isoladamente, cada afirmação produzida pelo historiador descreve alguma parte do passado histórico. Contudo, não se pode reduzir uma obra completa à soma das afirmações particulares nela contidas. O autor demonstra seu argumento com um experimento mental:

pegue uma certa *narratio* N sobre (parte do) passado e numere todas as suas sentenças: 1, 2, 3... etc. Forme o texto T1 alterando arbitrariamente a ordem original das sentenças; para preservar a verdade das frases individuais, alguns pronomes relativos e pessoais podem ter que ser alterados, bem como algumas palavras que indicam a cronologia, como "então" (...). Suponhamos que esta correção tenha ocorrido em T1. Se, então, uma *narratio* nada mais é do que uma conjunção de sentenças, não haveria razão para preferir N a T1. Claro que este não é o caso (1983, p. 59, tradução nossa).

De fato, parece que algo se perde numa obra historiográfica se forem embaralhadas numa ordem qualquer as afirmações que fazem parte do trabalho completo. Perde-se, por exemplo, a coerência da imagem do passado exposta por meio da obra. Segundo Ankersmit (1983), a perda em questão é indício de que o texto considerado como um todo é uma unidade logicamente distinta da soma das afirmações nele contidas. Assim, aparece a segunda função da linguagem do historiador. Se, a nível das afirmações, o historiador descreve o passado, o texto completo tem a função de fornecer uma *interpretação* do mesmo.

Ankersmit, então, traça uma distinção entre o que chama de *sujeitos narrativos* e as já mencionadas Nss. Se dois historiadores escrevem biografias a respeito de Napoleão Bonaparte, pode-se dizer que os dois trabalhos dizem respeito ao mesmo indivíduo. Todavia, os aspectos destacados pelas duas narrativas dificilmente serão idênticos. Uma delas pode apresentar o Napoleão estadista enquanto a outra foca em suas campanhas militares, por exemplo. Assim, pode-se falar num "Napoleão _A" e num "Napoleão _B", uma vez que a imagem apresentada em cada narrativa é um fator particular do texto individual.

A ontologia das representações apresentadas, em outras palavras, o tipo de entidade que são - meramente linguísticas, propriedades, objetos etc. - é uma questão de interesse para a presente análise. De fato, Ankersmit argumenta em mais de uma obra que representações *não são* entidades linguísticas (1994; 2002; 2012b). Acionando Goodman (1976), o neerlandês coloca uma representação como um *substituto* da coisa representada. Em seu *Historical Representation*,



escreve que

a etimologia da palavra “representação” nos dará acesso às suas propriedades ontológicas: podemos “re-apresentar” algo apresentando um substituto dessa coisa na sua ausência. A coisa real não está, ou não está mais disponível para nós, e algo mais nos é dado para substituí-la. Nesse sentido pode-se dizer que temos a escrita histórica para compensar a ausência do próprio passado (2002, p. 11, tradução nossa).

A relação entre a obra historiográfica e o passado histórico em si é, portanto, análoga à relação entre uma pintura de um indivíduo qualquer e esse indivíduo em si. Nesse sentido, argumenta Ankersmit (2002; 2012b), a historiografia não logra explicar propriamente o passado ou mesmo segmentos deste, uma vez que a explicação é uma função da linguagem e o texto historiográfico, sendo uma representação, é uma *coisa*, assim como aquilo que pretende analisar. Segue-se que a pretensão máxima da historiografia passa a ser fornecer representações sobre o passado, assim como um pintor fornece pontos de vista sobre as coisas que pinta. Vemos, com isso, um paralelo interessante com a produção de Hayden White. Assim como o estadunidense, Ankersmit pensa a história enquanto um uso específico da linguagem. Contudo, a partir da complexificação das funções factual e ficcional da historiografia, o neerlandês enxerga as narrativas do historiador como coisas que possuem partes linguísticas, diferentemente de White, que as enxerga como entidades propriamente linguísticas utilizadas para enredar um passado externamente existente.

É essencial observar que tal demonstração não acarreta a inexistência do passado fora de representações do mesmo. Ainda em *Historical Representation*, Ankersmit coloca que

(...) a forma como decidimos conceituar a realidade no nível da representação (da realidade) determina o que encontraremos no nível do representado (ou seja, no nível da própria realidade). Isto não deve ser entendido, no entanto, como significando que o pensamento ou a representação realmente “faz” ou “cria” a realidade – como, reconhecidamente, alguns desestrutivistas ou narrativistas extremistas têm o hábito de dizer – mas apenas que uma decisão relativa ao primeiro nível determinará o que encontraremos no segundo nível (2002, p. 45, tradução nossa).

Assim como White, Ankersmit postula um passado objetivamente presente. Ademais, por mais que cada representação não seja propriamente capaz de explicar segmentos do passado histórico, é possível comparar representações entre si. Em verdade, Ankersmit coloca como essencial à historiografia que existam representações numerosas do passado. Se cada obra historiográfica é uma metáfora para o passado (no sentido de descrevê-lo ao mesmo tempo em que fornece uma



interpretação para o mesmo), é possível afirmar que

ficamos relativamente desamparados se tivermos apenas uma metáfora. Só se estiverem disponíveis mais metáforas é que pode ser feita uma comparação e só então as suas deficiências e méritos relativos podem ser discutidos. Isto pode explicar por que não temos na história apenas um relato mais ou menos oficial, aceito por todos os historiadores, de um fenômeno como a Revolução Francesa, mas, em vez disso, uma proliferação selvagem de histórias sobre o mesmo. Se houvesse apenas um desses relatos e nenhum outro com quem compará-lo, nada poderia ser dito sobre sua plausibilidade. A (im)plausibilidade dos relatos históricos só se manifesta na presença de muitos desses relatos (2002, p. 14-15, tradução nossa).

A possibilidade de comparar representações do passado entre si revela, assim, uma proximidade de Ankersmit com a tese da acumulação. Tal aproximação, contudo, assim como a observada em White, dá-se segundo uma versão abrandada desta tese. É importante notar que em Ankersmit (2012b) é trabalhada a noção de *aspecto*. Imaginemos um modelo que se senta diante de um pintor para ser representado. O pintor pode representar o modelo a partir de seu perfil, de frente, de cima ou de várias outras perspectivas. Cada ponto de vista em questão é, segundo Ankersmit, mais do que uma propriedade do modelo e menos do que o modelo como um todo. O autor defende ser a escrita da história algo parecido. Cada representação narrativa do passado fornece um ponto de vista a partir do qual este pode ser visto, e cada ponto de vista, apesar de não referir-se diretamente ao passado, é sobre tal coisa. A relação de *aboutness* postulada por Ankersmit garante, ainda, uma presença do passado histórico em si nas figurações narrativas a respeito do mesmo. Outrossim, é apenas a partir do momento em que há mais de uma representação, seja do modelo ou do passado, que se podem criar discussões a respeito de como aquela pessoa/extensão temporal é melhor representada. Tal é o papel da história segundo Ankersmit (2012a).

Se as diversas representações expostas nas produções historiográficas podem ser comparadas, revelando seus méritos e deméritos em face das demais representações sobre segmentos semelhantes do passado, pode-se falar numa acumulação de pontos de vista. A história, enquanto campo disciplinar, avança, segundo Ankersmit (1983; 2012b), não exatamente na direção de ampliar seus conhecimentos sobre o passado, mas na direção de encontrar melhores formas de representá-lo narrativamente. Cada nova representação enriquece o chamado *universo narrativo* (Ankersmit, 1983; 1994), permitindo discussões cada vez mais aprofundadas e de escopo gradualmente maior a respeito do passado. Assim, reafirmamos que Ankersmit, tal qual White, pode ser encarado como proponente da tese da acumulação.

Assim, percebemos que a postura antirrealista com relação à história opõe-se à versão



mais tradicional da tese da acumulação. Com efeito, em White e Ankersmit são evidenciados desafios à ideia de que as diversas obras produzidas pelos historiadores contribuem para um aumento objetivo do conhecimento sobre o passado, isto é, constituem avanços imediatos (no sentido de não sofrerem interferências por parte de enredamentos, representações e fatores afins) para a explicação do passado histórico. A referência aos fenômenos passados, segundo autores como White e Ankersmit, sempre ocorre por meio de subjetividades (presentes no ato de enredamento ou na representação proposta pelo historiador). A partir da problematização da referência das obras historiográficas, dificultada pelo enredo (no caso de White) ou pela representação (no caso de Ankersmit), defendem filósofos da história de abordagem antirrealista que as contribuições dos historiadores não são uma acumulação objetiva de conhecimentos. Contudo, nem White nem Ankersmit abrem mão por completo da ideia de que existe um passado objetivo, externo às figurações do historiador e presente, ao menos parcialmente, em suas elaborações. No caso de White, tal presença dá-se pelo conteúdo factual de toda obra historiográfica, ponto não questionado pelo autor (2019a; 2019b). Já em Ankersmit, o passado faz-se presente uma vez que toda representação é uma representação *de algo*, e as possibilidades de discussão a respeito de qual representação é mais adequada corroboram a ideia de que, embora de maneira mais indireta, o passado subsiste na filosofia da história do neerlandês (1983; 1994; 2002; 2012). Assim, continua existindo acumulação, embora de maneira indireta, de análises sobre o passado. A postura irrealista, contudo, desafia até mesmo essa versão abrandada da tese.

Irrealismo: Kuukkanen, Roth e a negação da tese da acumulação

Em seus desenvolvimentos mais recentes, a filosofia da história presenciou o crescimento de posições fortemente influenciadas pela filosofia da ciência de autores como Willard van Orman Quine (1999), Thomas Kuhn (1991, 2006), Nelson Goodman (1976, 1978) e Ian Hacking (1995). Analisaremos dois autores dessa matriz, Jouni-Matti Kuukkanen e Paul Roth, com fins de demonstrar, a partir de sua relação com o problema da referência para conceitos historiográficos, sua negação mesmo da versão mais branda da tese da acumulação.

O estadunidense Leon Goldstein pode ser encarado como influência comum entre Kuukkanen e Roth. A partir de seus estudos sobre o fazer historiográfico, Goldstein passou a defender uma definição abertamente contrária ao realismo, segundo a qual fatos e eventos históricos não guardam qualquer relação direta com um passado objetivamente presente. Em seu *The What and the Why of History*, o autor defende que

o acontecimento histórico – o único acontecimento histórico que figura no trabalho dos historiadores – é uma construção hipotética. O historiador não procura evidências



para explicar o evento, como se o evento estivesse claramente diante dele e ele fosse obrigado a entendê-lo, mas, em vez disso, ele o evoca com o propósito de explicar suas evidências (1996, p. 5, tradução nossa).

A postura de Goldstein, portanto, inverte a ordem tradicionalmente enxergada entre evento e evidência. Não é a evidência que aparece para corroborar um evento preexistente, mas sim o evento que é postulado para cobrir os rastros do passado que chegaram ao momento da pesquisa desenvolvida pelo historiador. Para além disso, defende Goldstein que “(...) quando tentamos determinar como é o mundo – natural e social – em que vivemos, o realismo é factualmente vazio. Pode-se afirmar que existe um mundo, mas não se pode dizer nada mais do que isso (1996, p. 145, tradução nossa).” Em termos do debate historiográfico, então, afirmar que o passado histórico existe externamente a qualquer historiador não auxilia a historiografia a conhecer as características desse passado. Há uma diferença entre postular a existência de algo e conhecer seus atributos. O passado, porém, diferentemente da realidade material presente, não é diretamente observável, o que revela um problema para a produção do conhecimento histórico.

Dado que os historiadores operam a partir de debates sobre fatos e eventos históricos, assim como da evidência para os mesmos, e visto que Goldstein inverte a ordem comumente defendida entre fatos e evidência, torna-se impossível referir-se ao passado direta ou indiretamente, como argumentam, respectivamente, realistas e antirrealistas. Quando um historiador fala num “Renascimento”, numa “Revolução Francesa” ou numa “Guerra Fria”, não está, segundo Goldstein (1996), representando um aspecto do passado histórico (como defende Ankersmit) ou enredando eventos objetivamente presentes (como defende White), mas sim fazendo alusão a uma *hipótese* construída abdutivamente pela comunidade de historiadores para abranger a evidência existente (Cf. Civita, 1983). Qualquer uso referencial da linguagem historiográfica, portanto, já ocorre *dentro* de uma categorização imposta pelo historiador, sem qualquer presença do passado.

Em seus estudos sobre a coligação, elemento comum na epistemologia da história, o finlandês Jouni-Matti Kuukkanen vale-se de reflexões no mínimo semelhantes às de Goldstein. Nesse momento, acreditamos valer uma observação. O conceito de coligação foi inicialmente proposto no século XIX por William Whewell (1840), com fins de aprofundar seus estudos sobre a indução na ciência. Na primeira metade do século XX, William Henry Walsh trouxe o conceito em questão para o campo da história, pensando-o como o modo do historiador de “procurar certos conceitos dominantes, ou ideias principais, pelos quais esclarece seus fatos, estabelecer conexões entre essas ideias e em seguida demonstrar como os fatos detalhados se tornam inteligíveis à luz dessas conexões (1978, p. 60).” A coligação é, assim, um conceito segundo o qual um volume considerável de ações, eventos e processos pretéritos é integrado num todo. Portanto, a coligação é



responsável por adicionar ao passado elementos não diretamente presentes no mesmo, exercendo a função de organizar a experiência que a comunidade de historiadores tem a respeito do tempo. Diferentemente do enredo whiteano e das representações ankersmitianas, contudo, os conceitos coligatórios de Kuukkanen são encarados como impostos pelo historiador ao passado, e não como fatores em cuja constituição o passado em si está presente. De acordo com o finlandês,

o nome 'Barack Obama' refere-se a apenas um indivíduo, nomeadamente à pessoa que é o presidente dos Estados Unidos em 2015. Qual seria um particular a que se refere a 'Guerra Fria'? As expressões coligatórias não parecem instanciar nenhum indivíduo – não parecem corresponder a nenhum objeto singular no mundo histórico. Conforme discutido anteriormente, os conceitos coligatórios parecem ser uma forma abreviada de organizar dados históricos (2015a, p. 107, grifo do autor, tradução nossa).

Existe, nesse sentido, uma diferença entre os conceitos coligatórios utilizados pelo historiador e nomes próprios como "Barack Obama". Ademais, segundo Kuukkanen (2015a), coligações também não podem ser vistas como cognitivamente equivalentes a termos teóricos e termos de massa ("quark" exemplifica o primeiro tipo de termo e "água" o segundo), uma vez que as condições de pertencimento a um termo destas duas naturezas são mais claras e objetivas do que as condições de pertencimento de um conceito coligatório. Analisemos esse argumento mais a fundo. Considere-se um termo como "planeta". É possível determinar, a partir de critérios mais ou menos seguros, o que pode e o que não pode ser considerado um planeta. Condições como possuir uma órbita regular, ser o corpo celeste dominante em sua órbita e fatores parecidos fazem com que, mesmo diante de uma entidade completamente inédita, possa-se dizer imediatamente se tal coisa é ou não um planeta. O mesmo não ocorre com coligações. É consideravelmente mais difícil, segundo Kuukkanen (2015a), analisar um evento ocorrido entre os anos de 1947 e 1991 e determinar se é ou não parte da Guerra Fria. Para além disso, o conceito de "Guerra Fria" é singular em vez de geral, dificultando ainda mais a questão levantada. É possível classificar conceitos coligatórios por meio de outras coligações (e.g., a Revolução Russa e a Revolução Francesa são, ambas, exemplos do tipo "revolução"), mas tal categorização já não diz respeito à realidade histórica em si.

A partir de sua negação da referencialidade de termos historiográficos, Kuukkanen (2015a) também acaba por negar a tese da acumulação. Se, como argumenta o autor, coligações não apresentam contrapartes na realidade histórica e, mais do que isso, não dizem respeito ao passado nem mesmo na forma indireta propugnada por autores como White e Ankersmit, servindo apenas a função de organizar as evidências e a experiência do passado, não se pode falar propriamente numa acumulação em história. Por mais que, eventualmente, novas definições dos conceitos coligatórios sejam apresentadas e acabem por substituir as definições antigas, tal processo não



significa uma acumulação de conhecimentos a respeito do passado, da mesma forma como não traduz um enriquecimento dos pontos de vista a seu respeito. Tal mudança nos cânones da prática historiográfica significa, tão somente, que houve uma intervenção argumentativa bem-sucedida no presente do historiador que a propôs. Em verdade, Kuukkanen (2015b) defende abertamente a mudança do critério de verdade para um critério de *performatividade* e de *autoridade epistêmica* no campo da história, dadas as dificuldades demonstradas pelo autor.

O estadunidense Paul Roth, inspirando-se na filosofia da história de Arthur Danto (1968) e na filosofia da ciência de Quine (1999), Goodman (1978) e Hacking (1995), chega a conclusões de semelhantes consequências para a história. Sua filosofia baseia-se em duas pressuposições fundamentais, ambas amplamente debatidas no campo da filosofia analítica do século XX.

Em primeiro lugar, Roth (1988; 2012; 2020) defende que eventos não existem fora de descrições de eventos. Com efeito, em Quine (1999) aparece a noção de que é no mínimo problemático assumir a existência de eventos, uma vez que é possível, ao menos em teoria, explicar tudo o que se explica por meio dessa assunção por meios que não exigem postular entidades como eventos³. É importante notar que Roth não restringe tal análise a eventos *passados*. De fato, todos os eventos apresentam a característica de existir tão somente dentro de suas descrições. Falando sobre a postura antirrealista na filosofia da história, Roth escreve que “(...) o antirrealismo ainda privilegia uma noção ingênuo do observacional, e assim cria um falso contraste entre o conhecimento do presente e o conhecimento do passado (2012, p. 331, tradução nossa).” Vemos, portanto, que a filosofia de Roth afasta-se de ligações diretas com o passado, uma vez que diversas das descrições de eventos de que lançam mão os historiadores são posteriormente construídas para discorrer sobre o pretérito, fazendo com que não haja, *no próprio passado*, aqueles eventos dos quais falam os historiadores.

A segunda pressuposição de Paul Roth (1988; 2012; 2020), fundamentada em Nelson Goodman (1978), é de que a categorização das entidades no mundo precede sua explicação. Em outras palavras, decidir quais categorias, relações, tipos de entidade e fatores afins serão assumidos é um ato anterior à explicação de qualquer coisa, assim como um fator constituinte e determinante de toda explicação. Se, por exemplo, quatro pontos estiverem organizados sobre uma mesa, inúmeras formas de descrever tal figura podem surgir a depender das categorias previamente assumidas para tal fim. Se apenas forem pressupostas direções do tipo “à esquerda” ou “à direita”, pode-se dizer que o ponto A está à esquerda do ponto B, enquanto o ponto C está à direita do ponto

3 A discussão em questão, embora filosoficamente interessante, escapa das pretensões do presente artigo. Para uma discussão, ver Quine (1999).



D. Se somente forem pressupostas coordenadas como “acima” e “abaixo”, passa a ser possível falar que B está acima de C e que D está abaixo de A. Assumindo os dois tipos de categorias, pode-se falar num quadrado, retângulo ou trapézio. Juntando-se a essas duas uma coordenada do tipo “diagonal”, surgem numerosos triângulos a partir da configuração original de pontos. Com linhas curvas pressupostas, outros desenhos surgem sobre o mesmo padrão inicial. A diferença entre as descrições acima não está na realidade em si, mas nas categorias que são assumidas para descrevê-la. Segundo Goodman (1978), assim como Hacking (1995), todas as coisas podem ser descritas inúmeras vezes simplesmente pelo ato de alterar-se a classificação pressuposta. Eventos, contudo, enquanto entidades existentes apenas dentro de descrições, não podem ser analisados dessa maneira.

Baseando-se em Danto (1968), Roth aciona a noção de *sentença narrativa* com fins de enriquecê-la com suas reflexões sobre a metafísica de eventos. Para Danto (1968), uma sentença narrativa é qualquer sentença que diz respeito a dois momentos temporais separados, referindo-se a um e implicando o outro. Assim, dizer que “a Guerra dos Trinta Anos começou em 1618” constitui uma sentença narrativa, uma vez que tal frase seria impossível antes de 1648 (ano em que, de fato, acaba a guerra, consolidando-a como uma guerra de trinta anos). Afirmar que “Caio publicou hoje seu terceiro livro” também apresenta uma afirmação desse tipo, dado que a frase em questão implica que Caio já escreveu ao menos dois livros. Segundo Danto (1968), em seu influente argumento do cronista ideal, o conhecimento total do passado exigiria um conhecimento total do futuro, dado que diversos aspectos determinantes ao conhecimento dos eventos pretéritos revelam-se depois (às vezes muito depois) do evento em si. Nesse sentido, mesmo que tenha acabado em 1918, a Primeira Guerra Mundial só pode ser assim chamada em 1939, e as relações causais que ligam a Primeira à Segunda Guerra Mundial só se tornaram cognoscíveis à essa época (se não mesmo depois). Para Danto, contudo, o surgimento de novas afirmações narrativas é tão somente uma questão de descrever novamente os mesmos eventos. Nas palavras de Roth,

A análise de Danto das sentenças narrativas pode parecer deixar intacto um compromisso mais amplo com um tipo de metafísica realista no que diz respeito aos estados passados. O realista imaginado sustenta que embora novas descrições do passado possam mais tarde tornar-se disponíveis, pode existir exatamente um passado imutavelmente real. Do ponto de vista dos tempos subsequentes, todas as afirmações sobre o passado, mesmo que sejam transcendentais às evidências, têm um valor de verdade fixo. O passado assim concebido deve ser perfeitamente estático – nada pode mudar. Caso contrário, os valores de verdade não seriam atemporais (2012, p. 314, tradução nossa).



Esse “evento ideal”, meramente descrito uma e outra vez, é precisamente o ponto disputado por Roth em sua reflexão sobre o fazer historiográfico. O autor escreve:

O que quero dizer sobre supostos “acontecimentos ideais” – aqueles relatados em alguma Crônica Ideal – é que tratar tais eventos como objetos independentes de nosso esquema de coisas que postula o objeto (e o evento) vai contra o que sabemos sobre a relação entre a evidência e a teoria. A própria possibilidade de uma Crônica Ideal pressupõe não apenas condições de identidade para os acontecimentos, mas a sua existência independentemente da nossa especificação teórica deles. Mas é precisamente esta inferência realista que é injustificada por qualquer conjunto de condições de identidade para os acontecimentos e que, dado o problema da subdeterminação das teorias, é patentemente injustificável. (1988, p. 8, tradução nossa)

A partir dos problemas com relação à ontologia de eventos, o que se tem, segundo Roth (1988; 2020), não é uma nova descrição de um mesmo evento, mas sim um novo evento, fundamentalmente distinto do evento anteriormente postulado. Assim, são trazidos à baila os mesmos problemas pontuados por Goldstein (1996) e Kuukkanen (2015a). Não há referência direta ou indireta ao passado por meio das obras historiográficas, visto que seu produto é a confecção de novos eventos, que não se relacionam com os eventos previamente postulados de forma alguma. Como consequência disso, não há acumulação na história, mas sim uma alteração nas categorias propostas para discorrer sobre o passado (que implicam, necessariamente, o “abandono” das categorias antigas).

Assim, a postura irrealista com relação à história pode ser descrita como uma radicalização das objeções levantadas pela matriz antirrealista com relação à capacidade referencial da história, tal qual com relação à possibilidade de acumulação, seja de conhecimentos ou de representações do passado. Embora tenham em comum com filósofos como Hayden White e Frank Ankersmit uma oposição às noções do realismo historiográfico tradicional, Paul Roth, Jouni-Matti Kuukkanen e filósofos de similar inclinação filosófica propõem, principalmente a partir de suas reflexões sobre o problema da referencialidade na historiografia, uma obstaculização ainda mais intensa das pretensões da história em estabelecer conexões seguras com um passado preexistente.

Considerações finais

O texto que se encerra percorreu três etapas. Primeiramente, procuramos definir a tese da acumulação, primariamente associada a uma postura realista com relação à história enquanto campo



de conhecimento, relacionando-a com a problemática filosófica da referência. Depois, analisamos a filosofia da história de tendência antirrealista, associada principalmente ao narrativismo de autores como Hayden White e Frank Ankersmit, demonstrando, simultaneamente, sua rejeição da tese da acumulação tradicional e sua aceitação de versões mais brandas de tal tese. Por fim, discutimos a filosofia da história de inspiração irrealista, representada por filósofos como Paul Roth e Jouni-Matti Kuukkanen, colocando-a como uma vertente ainda mais radical da oposição à tese da acumulação em história, haja vista sua negação mesmo da versão abrandada de semelhante tese.

Percebemos, em última instância, que o grau segundo o qual a filosofia da história aproxima-se ou afasta-se da tese da acumulação está fundamentalmente atrelado à posição ocupada por cada filósofo com relação ao problema da referência em história. No caso do realismo historiográfico, que não problematiza com grande radicalidade a capacidade referencial da história, defende-se uma versão forte da tese da acumulação. O antirrealismo historiográfico, que encontra dificuldades na ideia de uma referência objetiva (por meio do enredamento em White e da representação em Ankersmit) mas ainda postula algum tipo de referencialidade do discurso historiográfico (o conteúdo factual da historiografia e a relação de *aboutness*, respectivamente), filiam-se a uma versão fraca de dita tese. Por fim, o irrealismo historiográfico, que nega em absoluto uma referencialidade de termos historiográficos, rejeita, também por completo, a ideia de que a historiografia acumula o que quer que seja com relação ao passado histórico.

Ao conduzirmos uma análise deste tipo com relação à produção historiográfica, novas questões, problemas e tendências podem emergir. A aproximação entre história e filosofia, portanto, faz-se potencialmente benéfica para a história, na medida em que acaba por evidenciar questões que não podem ser encontradas apenas a partir do interior da prática do historiador. Os caminhos abertos por meio dessa interação, ainda a serem mais profundamente explorados, constituem um passo fundamental para o entendimento da história enquanto forma de investigação da realidade.

Referências

- AGOSTINI, Emanoela. Teorias da Referência para Termos Coligatórios na Historiografia. 2024. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.
- ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology**: the rise and fall of metaphor. Berkley: University of California Press, 1994.
- ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- ANKERSMIT, Frank. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Trad. Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012a.



- ANKERSMIT, Frank. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornell University Press, 2012b.
- CIVITA, Victor (ed.). **Peirce & Frege**. trad. Armando Mora D'Oliveira, Sérgio Pomerangblum e Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DANTO, Arthur. **Analytical Philosophy of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- ELTON, Geoffrey R. **The Practice of History**. Londres: Collins Clear-Type Press, 1967.
- EVANS, Richard. **In Defense of History**. Londres, W. W. Norton & Company, 1999.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. Cesar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FØRLAND, Tor Egil (ed.); MITROVIĆ, Branko (ed.). **The Poverty of Anti-Realism: critical perspectives on postmodernist philosophy of history**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2023.
- GOLDSTEIN, Leon J. **The What and the Why of History**: philosophical essays. Leiden: E.J. Brill, 1996.
- GOODMAN, Nelson. **Languages of Art**: an approach to a theory of symbols. Nova York: The Bobbs-Merrill Company Inc., 1976.
- GOODMAN, Nelson. **Ways of Worldmaking**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1978.
- HACKING, Ian. **Rewriting the Soul**: multiple personality and the sciences of memory. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- HANSON, Norwood Russell. **Patterns of discovery**: an inquiry into the conceptual foundations of science. Londres: Cambridge University Press, 1961.
- HIMMELFARB, Gertrude. **The New History and the Old**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- KUHN, Thomas. **O caminho desde a estrutura**. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. The Missing Narrativist Turn in the Historiography of Science. **History and Theory**, Vol. 51, n. 1, Outubro, 2012, p. 340-363. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23277658>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist Philosophy of Historiography**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015a.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. Why We Need to Move from Truth-Functionality to Performativity in Historiography. **History and Theory**, Vol. 54, n. 1, 2015b, p. 226-243. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24543101>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A monadologia e outros textos**. Trad. Fernando Luiz Barreto Gallas e Souza. São Paulo: Editora Hedra Ltda., 2009.
- MINK, Louis. **Historical Understanding**. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1987.
- MUNSLAW, Alun. **Desconstruindo a História**. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- PATTON, Lydia. **Anti-Foundationalism in Kuhn and Logical Empiricism**. YouTube, 18 de março de 2023. Disponível em: bit.ly/3Xur4Ld. Acesso em: 15 fev. 2025.
- PUTNAM, Hilary. **Mind, Language and Reality**: philosophical papers, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- QUINE, Willard van Orman. **From a Logical Point of View**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- ROTH, Paul. Narrative Explanations: the case of history. **History and Theory**, vol. 27, n. 1, 1988, p. 1-13. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2504958>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- ROTH, Paul. The Pasts. **History and Theory**, vol. 51, n. 1, 2012, p. 313-339. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23277657>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- ROTH, Paul. **The Philosophical Structure of Historical Explanation**. Evanston: Northwestern University Press, 2020.
- TIMMINS, Adam. **Towards a Realist Philosophy of History**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2022.
- TOZZI, Verónica. **La Historia según la Nueva Filosofía de la Historia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- WALSH, William Henry. **Introdução à Filosofia da História**. Trad. Walternir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- WHEWELL, William. **The Philosophy of the Inductive Sciences**: founded upon their history. Londres: L. W. Parker, 1840.



WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WHITE, Hayden. **Figural Realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2019a.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019b.

ZAHAR, Elie. **Why Science needs Metaphysics**: a plea for structural realism. Chicago: Open Court, 2007.

ZELEŇAK, Eugen. Two Versions of a Constructivist View of Historical Work. **History and Theory**, vol. 54, n. 1, 2015, p. 209-225. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24543100>. Acesso em: 14 fev. 2025.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Leandro Couto Carreira Ricon é doutor em História Comparada pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ). Professor da Universidade Católica de Petrópolis, atuando junto ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UCP) e ao curso de Licenciatura em História. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE-CNPq). Professor da Universidade de Pernambuco - UAB.

Luiz Henrique Bechtlufft Bade é mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-IFCS-UFRJ). Graduado em História pelo Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis (CTH-UCP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE-UCP). Bolsista CAPES.

Endereço para correspondência:

Rua Benjamin Constant, 213, Petrópolis, RJ, CEP 25.610-130, Brasil.

Financiamento:

Não se aplica

Contribuição de autoria:

Análise formal: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Conceituação: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Curadoria de dados: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Escrita - Primeira Redação: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Escrita - Revisão e Edição: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Investigação: BADE, Luiz Henrique Bechtlufft; RICON, Leandro Couto Carreira.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.



Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe
Pedro Eduardo Silva – Editor executivo
Walderez Ramalho – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2025 Leandro Couto Carreira Ricon
Copyright © 2025 Luiz Henrique Bechtlufft Bade

Histórico de avaliação

Data de submissão: 15/03/2025
Data de alteração: 17/08/2025
Data de aprovação: 29/09/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

